



**PROJETO VOZES: A IMPLEMENTAÇÃO DE UMA POLÍTICA PÚBLICA
PARA EDUCAÇÃO AMBIENTAL NO OESTE DA BAHIA**

**VOZES PROJECT: THE IMPLEMENTATION OF A PUBLIC POLICY FOR
ENVIRONMENTAL EDUCATION IN WESTERN BAHIA**

**PROYECTO VOZES: LA IMPLEMENTACIÓN DE UNA POLÍTICA PÚBLICA
PARA LA EDUCACIÓN AMBIENTAL EN EL OESTE DE BAHÍA**

Peres, Berenice Lima

Coordenadora do Projeto Vozes

CONSID – Consórcio Intermunicipal do Oeste da Bahia

berebrazil@gmail.com

Miranda, Maria Anália Macedo

mmmiranda@uneb.br

RESUMO

O Projeto Vozes teve o objetivo de construir políticas públicas de educação ambiental nos municípios do oeste baiano ameaçados de execução judicial pelo descumprimento dos Termos de Ajuste e Conduta - TAC, assinados em 2014 com o Ministério Público da Bahia através da Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente de Barreiras/BA – MP/BA. O Consórcio Intermunicipal do Oeste da Bahia – CONSID constituiu parcerias estratégicas estabelecidas através de Acordos de Cooperação Técnica - ACT com cinco *campi* da Universidade Federal do Oeste da Bahia (UFOB), a Universidade do Estado da Bahia (UNEB) *campus* IX e com os municípios do oeste baiano: Angical, Baianópolis, Barra, Barreiras, Buritirama, Cotegipe, Formosa do Rio Preto, Mansidão, Santa Rita de Cássia e Tabocas do Brejo Velho. Aqui descreve-se a metodologia participante e multicolaborativa do trabalho do Vozes, embasada em coletivos educadores (PNEA, 1999), integrou a sociedade civil e o poder público, que a partir de diagnósticos e processos formativos permitiram a sistematização que resultou no Programa Intermunicipal de Educação Ambiental – PROIEA. Este foi apresentado com uma Minuta de Lei e um TDR – Termo de Referência para Programas e Projetos de Educação Ambiental aos dez municípios que se empenharam para sua elaboração do estabelecimento de uma política de Educação Ambiental, oportunizando experiências individuais e coletivas na direção de uma nova condição ambiental para os cerrados baianos.

ABSTRACT

The Vozes Project aimed to develop public policies for environmental education in municipalities of western Bahia that faced legal action for failing to comply with Terms of Conduct Adjustment (TACs) signed in 2014 with the Bahia State Public Prosecutor's Office, through the Specialized Environmental Justice Office in Barreiras/BA (MP/BA). The Intermunicipal Consortium of Western Bahia (CONSID) established strategic partnerships through Technical Cooperation Agreements (ACTs) with five campuses of the Federal University of Western Bahia (UFOB), the State University of Bahia (UNEB) – Campus IX, and the following municipalities: Angical, Baianópolis, Barra, Barreiras, Buritirama, Cotegipe, Formosa do Rio Preto, Mansidão, Santa Rita de Cássia, and Tabocas do Brejo Velho. This study describes the participatory and multi-collaborative methodology of the Vozes Project, based on educational collectives (PNEA, 1999), integrating civil society and public authorities. Through diagnostics and training processes, the project led to the development of the Intermunicipal Environmental Education Program (PROIEA). This program was presented with a Draft Law and a Terms of Reference (TDR) for



Environmental Education Programs and Projects to the ten participating municipalities, fostering individual and collective experiences to improve environmental conditions in the Bahia Cerrado region.

RESUMEN

El Proyecto Vozes tuvo como objetivo desarrollar políticas públicas de educación ambiental en los municipios del oeste de Bahía que enfrentaban el riesgo de ejecución judicial por el incumplimiento de los Términos de Ajuste de Conducta (TAC), firmados en 2014 con el Ministerio Público de Bahía a través de la Promotoría de Justicia Especializada en Medio Ambiente de Barreiras/BA – MP/BA. El Consorcio Intermunicipal del Oeste de Bahía (CONSID) estableció alianzas estratégicas mediante Acuerdos de Cooperación Técnica (ACT) con cinco campus de la Universidad Federal del Oeste de Bahía (UFOB), el campus IX de la Universidad del Estado de Bahía (UNEB) y los municipios de Angical, Baianópolis, Barra, Barreiras, Buritirama, Cotegipe, Formosa do Rio Preto, Mansidão, Santa Rita de Cássia y Tabocas do Brejo Velho. Se describe aquí la metodología participativa y multicolaborativa del Proyecto Vozes, basada en colectivos educadores (PNEA, 1999), integrando a la sociedad civil y al poder público. A partir de diagnósticos y procesos formativos, se logró una sistematización que resultó en la creación del Programa Intermunicipal de Educación Ambiental (PROIEA). Este programa fue presentado junto con un Borrador de Ley y un Término de Referencia (TDR) para Programas y Proyectos de Educación Ambiental, dirigidos a los diez municipios comprometidos con la elaboración e implementación de una política de Educación Ambiental. El proyecto permitió el desarrollo de experiencias individuales y colectivas, promoviendo una nueva perspectiva ambiental para los cerrados baianos.

INTRODUÇÃO

A organização societária gerada pelo desenvolvimento capitalista colocou o próprio sistema numa posição negativa frente à natureza, conforme Gadotti, *in* Torres, 2001, o que quer dizer que planetariamente enfrentamos conflitos ocasionados pelo aquecimento global, fome, miséria, falta de água potável, guerras, poluições e pandemias. É neste contexto, na travessia de uma mudança climática que se impõe, que se deve pensar a educação do futuro.

Enfrentar os desafios em busca de acordos que permitam modos de vida sustentáveis lançam mão de categorias deste tempo: contradição, reprodução, trabalho, práxis. Também aqueles relacionados à governabilidade e à governança dos recursos naturais, outros voltados à inclusão socioambiental, nos mais diversos territórios.

A Educação Ambiental - EA tem sido apontada como o caminho para o enfrentamento destes desafios (Loureiro 2012), envolta às leis e métodos que apontam para ações integradas entre as esferas de convivência societária, sempre com caráter permanente e continuado na formação individual e coletiva, sistêmica e replicável.



O pluralismo de ideias, a ênfase à ética socioambiental e ao diálogo em processos educadores são bens comuns, marcados por compromissos individuais e coletivos. Estas ações apontam a necessidade de que os municípios regionais se comprometam com a sustentação da vida, via educação ambiental e que a instituição de programas e projetos respeitem as características e peculiaridades de cada município.

Nos municípios do Oeste da Bahia, devido ao contexto regional a Educação Ambiental se impõe. Conhecida pela produção agrícola de *commodities* sobre os cerrados e pelos impactos significativos ao meio ambiente, como mau uso do solo, desmatamento, utilização excessiva de agrotóxicos e ameaças e/ou comprometimento de rios e nascentes, fauna, flora e biodiversidade, a região exige atenção redobrada na questão ambiental. Pois, pouco a pouco sucumbe à “primavera silenciosa”, já anunciada por Raquel Carson (1962, p. 249).

A incorporação da Educação Ambiental de forma transversal (PCN, 1997), em suas práticas cotidianas, naturaliza no cotidiano as formas de minimizar os impactos ambientais promovendo a conservação dos recursos naturais nos diversos modos de vida do oeste baiano. Neste sentido, o Programa Intermunicipal de Educação Ambiental – PROIEA, produzido pelo Projeto Vozes, é instrumento legítimo e basilar para que os municípios da região possam elaborar e implementar projetos, programas e ações de Educação Ambiental eficazes envolvendo dez municípios da região.

Existem carências básicas que se replicam: faltam planos, programas, projetos e técnicos; faltam assessorias especializadas; faltam recursos; a maioria das prefeituras não tem Conselho de Meio Ambiente e poucas Secretarias de Educação incluem a Educação Ambiental nos seus Projetos Políticos Pedagógicos das escolas públicas. Além disso, os órgãos de meio ambiente reclamam da falta de diálogo com as outras secretarias municipais para estabelecimento de políticas transversais. Conforme o Projeto Vozes identificou, existe um vazio de projetos para ações continuadas de educação ambiental no âmbito dos municípios da região e em consequência, existe necessidade de promover a formação de educadores ambientais por toda a região. Afinal, parece impossível construir um desenvolvimento sustentável sem uma educação para o desenvolvimento sustentável (Francisco Gutierrez apud, Torres, 2001).

Afinando Vozes, uma Metodologia Multicolaborativa



O Projeto Vozes iniciou sua construção técnico-metodológica no seio do Comitê de Bacia Hidrográfica do Rio Grande – CBHG, em 2010 e foi se adaptando para atender as demandas dos municípios do oeste baiano até ser implementado em 2021. Passou por ajustes e adequações, tanto quanto ao número de participantes, quanto à segmentação regional, custeio, logística, terminando por se adequar também, às questões de distanciamento social impostas pela Pandemia da COVID-19 que permitiu encontros pelas redes sociais como forma de contato valioso para as questões de comunicação e mobilização social, necessárias quando se inclui Controle Social na metodologia, o que, por conceito, é o caso de qualquer projeto no âmbito da Educação Ambiental.

Pesquisas realizadas tanto pela SEMA – Secretária do Meio Ambiente – como pelo próprio MP – Ministério Público em 2010, 2017 e 2019, 2022 têm sido recorrentes em identificar que a legislação baiana de Educação Ambiental, promulgada pela Lei 12.056, de 07 de janeiro de 2011, não foi implementada de modo satisfatório no oeste baiano. Queixam-se os municípios de falta de verbas, de técnicos capacitados para a execução de projetos de Educação Ambiental, de ações continuadas, de conhecimento referentes às temáticas elencadas pelas demandas municipais e principalmente, por desinteresse dos políticos locais em garantir a implementação de uma legislação que permita a concretização de uma educação ambiental eficaz e fundamentada na Política Federal e Estadual de Educação Ambiental.

A metodologia desenvolvida pelo Projeto Vozes foi baseada em formações elaboradas sempre a partir do auto diagnose e auto avaliação num primeiro momento formativo. E em elaboração de projetos num seu segundo momento formativo, buscando multiplicar educadores ambientais capazes de replicar essas formações e implementar de forma efetiva a Educação Ambiental em seus municípios. Além de oferecer diretrizes seguras para elaboração de projetos de Educação Ambiental visando não só atender as condicionantes dos processos de licenciamento ambiental emitidas pelos municípios, como as demandas espontâneas surgidas na amplitude das comunidades regionais e dos conflitos socioambientais identificados.

O trabalho incessante do CONSID, buscando atender as demandas ambientais que emergem dos municípios, seja por imposição de TACs assinados junto ao MP, seja pelas modificações da Legislação Federal de Resíduos Sólidos, Nº12.305/10 pelo Marco Legal do Saneamento Lei Nº 14.026/20 concedeu à Região do Oeste baiano um



Projeto Piloto fruto de uma parceria do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD e da Secretaria Estadual de Desenvolvimento e Urbanismos – SEDUR para a elaboração do Plano Intermunicipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos – PIGIRS. Tal elaboração se deu de forma participativa e híbrida que foi consorciada ao Projeto Vozes, e suplantou a intenção de construir um capítulo especial de Resíduos Sólidos dentro do PROIEA, uma vez que agora construía-se todo um Plano Intermunicipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos – PIGIRS, em toda sua magnitude e compreensão regional.

A interação entre o Programa Intermunicipal de Educação Ambiental – PROIEA e o Plano Intermunicipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos - PIGIRS originou também, que o PROJETO VOZES construísse para cada município um Plano de Comunicação e Mobilização Social, concebido como uma peça importante para o diagnóstico socioeconômico, ambiental e cultural de cada município. Os planos foram concebidos de modo participativo, híbrido, utilizando ferramentas diversas que foram aprovados durante oficina presencial que, além de validar o plano de mobilização e comunicação do PIGIRS, ofereceu ferramentas para a organização dos eventos formadores do Projeto Vozes, sempre com apoio do coletivo gestor Diapasão. Tal experiência foi o fio condutor para a elaboração do Roteiro de Comunicação e Mobilização Popular onde indicadores podem garantir a efetividade das ações propostas.

Foi fundamental que esse roteiro, iniciado como um plano, aprovado e testado em cada município, tenha sido elaborado em diálogo profícuo com a comunidade, levando em consideração suas necessidades e demandas, garantindo representação e representatividade da diversidade encontrada.

Assim, ao longo dessa construção coletiva a setorização, peça imprescindível de um planejamento em mobilização social, aconteceu em cada município após reuniões ocorridas tanto no modo virtual, como no modo híbrido. Num primeiro momento através de uma aprovação coletiva dessas setorizações e depois através de testes aplicados município a município, durante a oficina de Diagnóstico Participativo em Educação Ambiental que foi realizada na sede de cada cidade, oferecendo a oportunidade de apontar, via metodologia imagética e participativa, a representatividade e representação alcançada. Tal metodologia permitiu ainda, a discussão das dificuldades de mobilização



e comunicação enfrentadas por cada equipe envolvida no processo de comunicação e permitiu elencar as possibilidades de resposta e enfrentamento à disposição.

Os dez coletivos denominados Claves Municipais, parceiros na gestão de todo o processo educativo, formativo e participativo, são outro aspecto inovador na condução do Projeto Vozes, permitindo que cada cidade tenha sido fortalecida por um grupo de pessoas sensíveis à educação ambiental, pessoas que, num grau ou n'outro, fizeram parte da construção desse instrumento até a escrita final deste produto.

O Fluxo de Comunicação e a Gestão por Coletivos

A construção de coletivos gestores é fundamental para a promoção de confluência entre os diversos setores da sociedade. Esses grupos tem interesses comuns e objetivos mútuos e podem, estimulados, trabalhar juntos em busca de realizações conjuntas. Os coletivos são importantes por permitir experiências de protagonismo e pertencimento, bem como, ativismo social, cultural, empreendedorismo, ambiental. É uma instância que comporta vozes dissonantes, propostas representantes de setores divergentes da sociedade, representando uma ferramenta que respeita a dialética e a liberdade de ser.

Os coletivos ajudam a construir comunidades mais fortes e coesas, promovendo diversidade, inclusão e participação ativa de todos os membros.

Através da união de diferentes setores da sociedade, incluindo a comunidade local, ONGs, empresas e órgãos governamentais, os coletivos têm ajudado na sensibilização e mobilização da população para a importância da preservação ambiental. As ações de campanhas de conscientização, palestras, *workshops* e atividades práticas desses grupos têm contribuído para a formação de uma consciência crítica em relação ao meio ambiente.

Nesse viés, os coletivos são importantes para a propagação da educação ambiental nos municípios do oeste baiano, pois, permitem a união de diferentes setores da sociedade através de ações de conscientização e fortalecimento de iniciativas locais.

Mantendo o objetivo de mobilizar, debater e aproximar a população das principais questões socioambientais, a construção do PROIEA - Programa Intermunicipal de Educação Ambiental do Oeste da Bahia ofereceu vários momentos formativos, conduzidos de forma catalizadora pela Coordenação do Projeto Vozes e sua equipe técnica, permitindo o afloramento livre dos processos de protagonismo e pertencimento, na construção do auto diagnóstico local, na elaboração de cardápios formativos e no encontro de uma auto avaliação.



O Coletivo Pauta

O Coletivo Pauta é formado pelo corpo de colaboradores do CONSID – Consórcio Intermunicipal do Oeste da Bahia. Composto por sua Coordenadora e dois educadores ambientais que contaram com importantes colaborações recebidas pelo quadro técnico do CONSID que em sua multifuncionalidade emprestou diferentes olhares e contribuições aos documentos e encaminhamentos durante o trabalho executado. Esse grupo foi apoiado por empresas terceirizadas em setores referentes a *designer* gráfico, informática, revisão textual e produção de peças publicitárias e de propaganda.

O Coletivo Diapasão

O Coletivo Diapasão é o instrumento que afina todas as vozes entoadas na construção do PROIEA do Projeto Vozes. É o coletivo gestor central que se fez responsável pela coordenação dos trabalhos, material didático e técnicas sociais que foram aplicados nos municípios. Foi composto pelos técnicos do CONSID e por professores colaboradores representantes da UNEB – *Campus IX* e da UFOB – *Campus* Reitor Edgar Santos, *Campus Barra*, *Campus Santa Maria da Vitória* e *Campus Luiz Eduardo Magalhães – LEM* e pelos estagiários das duas instituições que contribuíram principalmente, com a redação de relatórios, documentos e participação ativa nas oficinas e coletas de dados nos municípios correlacionados. Foram responsáveis também, pelos processos de comunicação e divulgação dos encontros.

Coletivo Clave Municipal

Esse é o coletivo gestor em nível local. Cada cidade foi estimulada a criar um coletivo municipal, para o qual os atores sociais foram sendo convidados a participar em cada processo formativo realizado, a cada evento ou oficina divulgados durante o processo de criação do PROIEA. Estes grupos contaram com orientação ativa do Coletivo Diapasão e foram monitorados pelas Secretaria de Meio Ambiente e Secretaria de Educação de cada município de acordo com as pessoas indicadas pela prefeitura para atuar diretamente com o Projeto Vozes, a esses convencionou-se chamá-los de “Os Dois do Vozes”. Por princípio, uma das pessoas deveria ser concursada, embora tal recomendação não tenha sido possível de ser observada em todos os municípios, dada as características de estruturação de seus quadros funcionais.

O Coletivo Clave trabalhou de modo continuado com objetivo de mobilizar,



debater e aproximar a população da educação ambiental enquanto da criação do PROIEA. Estes coletivos se reuniram em diversas ocasiões para definir logística de eventos, aprovar documentos, realizar leituras de seu Diagnóstico Participativo e do PROIEA em cada um dos seus componentes, inclusive para promover revisões desses documentos.

Apoiados pela infraestrutura oferecida pela Prefeitura através de suas secretarias e departamentos, esse grupo cuidou da logística e organização do receptivo necessário para acolher seus munícipes e visitantes por ocasião dos três momentos formativos provocados pelo Projeto Vozes: Oficina Diagnóstica Participativa em Educação Ambiental; Oficina Formativa em Diagnóstico de Base Comunitária e Oficina de Planos, Projetos e Programas.

Importante citar que a maioria dos municípios fez esforço de mobilização de representantes da cultura local, tanto em nível artístico como gastronômico para oferecer aos visitantes de outros municípios e mesmo às equipes de organização do coletivo Diapásão uma visão abrangente do modo de vida de cada município.

Tais coletividades permitiram que representações de órgãos e entidades, ONGs, sindicatos, comunidades tradicionais, educadores, catadores de material reciclável e produtores pudessem não só participar das etapas formativas do Projeto Vozes, mas partilhar informações pertinentes à educação ambiental agrupadas no *Google Drive* com o nome de “Bocapiu” e que fica à disposição de todos que se envolveram com tais coletivos através dos links compartilhados no endereço eletrônico: https://drive.google.com/drive/folders/1ry0vpiydUCoOmpQmFsGWdiOw0uscGryE?usp=drive_link.

Outro desdobramento da metodologia de coletivos foi a revalidação do coletivo regional conhecido como ROBEA – REDE DO OESTE DA BAHIA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL, que hoje engloba mais de mil pessoas conectadas por um interesse comum, a Educação Ambiental. A ROBEA compõe ainda a Rede de Educação Ambiental da Bahia – REABA e a Rede Brasileira de Educação Ambiental – REBEA.

As divulgações de eventos, reuniões e formações foram feitas sempre com antecedência, através de *cards*, *banner* e outras peças de publicidade, preferencialmente eletrônicas elaborados por *designer* próprio e distribuídos junto às plataformas digitais, como o *Instagram* do projeto e os grupos de *WhatsApp* dos “*Claves*” de cada um dos municípios.



O processo de Construção do PROIEA, culminou com a organização do I Congresso de Educação Ambiental: Vozes do Oeste da Bahia - I CONEA que aconteceu entre 24 e 26 de outubro de 2023 com participação de representantes de todos os municípios participantes. Assim, professores e alunos das duas universidades, da comunidade oestina interessada no assunto, secretários de meio ambiente, educação, saúde, agricultura, assistência social, cultura, desenvolvimento e infraestrutura de diversos municípios da região, contando ainda com nomes significativos da Educação Ambiental em nível nacional, elevaram o debate à escala de análise mais complexa, permitindo que a experiência se tornasse mais valorosa para todo público participante.

O PROIEA - Programa Intermunicipal de Educação Ambiental

O PROIEA é resultado de um processo educativo realizado durante dois anos, e focado numa escuta ativa que atingiu 9.000 pessoas de 10 municípios da Região Oeste. O PROIEA vêm como ação gestora de um movimento contínuo, formador e educador com a participação dos distintos atores regionais estabelecendo uma capilaridade mensurável, viva e mutante em educação ambiental por todo Oeste da Bahia e estabelecendo parcerias com universidades, ONGs, OSCs, poderes públicos estaduais e federais, além da iniciativa privada, considerando a história de trabalho coletivo de cada um e assim, consolidando o diálogo entre os diferentes atores sociais interessados em EA presentes na região.

O programa desenvolvido foi construído de modo multicolaborativo, municiando cada cidade, além de uma Minuta da Lei Municipal de Educação Ambiental, com um Termo de Referência de Educação Ambiental. A lei proposta indica a criação de Coletivos Gestores de EA municipais – COGEAs - por decreto municipal usando como base a capilaridade desenvolvida na execução dos processos auto formativos.

O Projeto Vozes resultou na elaboração de quatro produtos que entregues a prefeitura municipal de cada município aderente ao Projeto Vozes, garante que uma vez votado na câmara municipal de vereadores permite a instalação da Política de Educação Ambiental em cada município. O Projeto Vozes ofereceu a cada município o PROIEA - Programa Intermunicipal de Educação Ambiental contendo: Minuta de Lei Municipal de Educação Ambiental; Termo de Referência em Educação Ambiental; Diagnóstico Participativo de Educação Ambiental e Relato de Comunicação e Mobilização Social.



Elaborada em respeito tanto às diretrizes da Lei nº 9.795/99 que instituem a Política Nacional de Educação Ambiental, bem como, à Lei nº 12.056/11 que instituiu a Política Baiana de Educação Ambiental complementada pelo Programa PEA – 2012 e desenvolvido pela CIEA – Comissão Interinstitucional de Educação Ambiental do Estado da Bahia (2010) e pelo Decreto nº 19.083 de 06 de junho de 2019 que o regulamentou, o Projeto Vozes revistou as premissas que tratam de Governança Colaborativa e suas implicações na interação com as práticas que garantam Transparência, Ética e Interação participativa, bem como, a importância de dar aplicabilidade aos 17 ODS – Objetivos de Desenvolvimento Sustentável definidos na Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (2012).

O projeto apresentou sua metodologia assentada na concepção de que um processo de participação social é um processo educador por aqueles que o vivenciam e na proposta de que a CIEA-BA é uma Comunidade Aprendente. Segundo Brandão (2005, p.87) as Comunidades Aprendentes são lugares de vida, de encontro entre pessoas onde ao lado do motivo principal do encontro, do destino, do grupo, as pessoas estão “... inter trocando saberes entre elas. Estão ensinando e aprendendo”.

Foram incontáveis encontros; 73 reuniões presenciais; 43 reuniões virtuais; 11 formações com exibição no *Meet* e permanência do *YouTube* que contou com 1.184 participações. Foram 2.760 *likes* no *Instagram* com 400 seguidores até junho de 2024. Tem-se uma rede de comunicação formada por 673 pessoas, em 12 grupos de *WhatsApp* e realizou-se o I CONEA – Congresso de Educação Ambiental Vozes do Oeste da Bahia que contou com comprováveis 898 participações presenciais. Foram alcançadas 9.335 vozes durante o processo de construção desse programa de educação ambiental colaborativo.

Assim, o controle social e as práticas multicolaborativas forjaram a indicação dos Coletivos Municipais de Educação Ambiental– COGEAS desejando progressivamente, que tal política se instale e se cumpra no âmbito de cada município da Bacia do Rio Grande onde foi desenvolvido.

Acompanha o PROIEA ainda um guia que garante tanto a replicação do processo de criação do programa, como o controle popular nos processos de Educação Ambiental a serem instituídos. Trata-se do Relato de Comunicação e Mobilização Popular que desenvolvido a partir dos Planos de Mobilização de cada um dos municípios, se revelou



ao longo do processo num potente aliado para a replicação da metodologia utilizada pelo Projeto Vozes para o estabelecimento da Educação Ambiental como Política Pública no Oeste da Bahia.

A Organização do PROIEA

O PROGRAMA INTERMUNICIPAL DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL - PROIEA produzido pelo Projeto Vozes apresenta eixos temáticos que tratam da EA na Políticas Públicas focando a EA na Gestão Municipal onde define ações para a EA a ser aplicada no Licenciamento, na Fiscalização e no Monitoramento, bem como, as práticas desejáveis na gestão da EA nas Unidades de Conservação; no Turismo Ecológico e no Saneamento com destaque para a Gestão de Resíduos Sólidos que ao longo do processo de construção do programa foi aditivada de sobremodo. Foi confiado ao CONSID em parceria com a SEDUR – Secretaria de Desenvolvimento Urbano da Bahia um programa piloto do PNUD – Programa de Desenvolvimento das Nações Unidas para elaborar um Plano Intermunicipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos – PIGIRS. Como o Projeto Vozes planejava incrementar a questão de resíduos sólidos com um Capítulo Especial de Educação Ambiental para a Gestão de Resíduos Sólidos, o CONSID findou por presentear os municípios com o PIGIRS. As duas propostas caminharam juntas, afinadas e conduzidas por uma equipe de trabalho multicolaborativa.

O PROIEA se posiciona também na Gestão Econômica para Educação Ambiental, nos aspectos da Transparência no Uso dos Recursos e das Parcerias Público Privadas.

Talvez a maior ousadia do PROIEA tenha sido tratar as questões da Educação Formal; Não Formal e Informal de modo destacado da Educação Ambiental na Dimensão Socioambiental onde aborda os aspectos que perpassam a Soberania Alimentar e a Proteção à Polinização, enquanto aponta diretrizes de EA para os aspectos referentes ao Consumo Sustentável. Neste ponto, as questões referentes a EA na área rural eclodem e contemplam práticas de Educação Ambiental voltadas ao Agronegócio, à Pecuária, ao Extrativismo e sobretudo, à Agricultura Familiar e à Agroecologia.

Foram revisitados os aspectos da Educação Ambiental que voltada para a Responsabilidade Social Corporativa, atinge as questões da Indústria e Comércio e estende o olhar para uma EA na área Urbana e suas preocupações com arborização, áreas de lazer, balneabilidade e outras especificidades.



O PROIEA trata da EA Patrimonial com seus aspectos referentes aos Conhecimentos Tradicionais e da EA aplicada à vivificação da paisagem, valorizando a cultura das comunidades tradicionais. Foram valorizadas as peculiaridades da EA necessária à Proteção à Fauna e Flora com destaque aos aspectos do Defeso na Piracema, da Prevenção à Caça, e das questões que envolvem Educação Ambiental para o Desmatamento focando na formação de Banco de Sementes e Viveiros. Ações pertinentes à EA preventiva, à ocorrência das Queimadas foram tratadas pelo documento, bem como, atenção no sentido de fortalecer ações de Prevenção e Monitoramento de programas e projetos de EA.

Inovando a percepção da EA para Gestão de Águas o PROIEA, de modo muito particular e cuidadoso, acolheu uma vertente da EA para a Convivência com as Mudanças Climáticas, sem esquecer dos aspectos da EA para Comunicação, Mobilização Social e Educomunicação. Tratamento cuidadoso foi dado às premissas e ferramental necessários ao Registro e Avaliação das atividades em EA.

O PROIEA apresenta a cada município participante um modelo de TDR – Termo de Referência em EA para orientação das Secretarias de Meio Ambiente em suas condicionantes ambientais e para validação de projetos de Educação Ambiental em seus municípios.

O Papel do Ministério Público na Educação Ambiental do Oeste da Bahia

Em 2006, a CIEA-BA deu início ao processo de construção coletiva da minuta do Projeto de Lei da Política Estadual de EA, a qual foi submetida, no período de novembro de 2008 a maio de 2009 a consultas públicas realizadas através de Seminários realizados nos 26 Territórios de Identidade do estado, já em parceria com o Ministério Público da Bahia. Tal consulta contou com a participação de aproximadamente 5.000 pessoas. Os Seminários foram organizados a partir da formação de Núcleos Mobilizadores nos Territórios de Identidade e subsidiados pelo Caderno de Referência, da Consulta Pública. Tais Seminários buscaram aproximação do conteúdo da minuta da Lei às demandas e potencialidades territoriais (CIEA-BA, 2008).

Uma pesquisa da “Situação da Educação Ambiental da Bacia do Rio Grande” (2010) promovida por ação conjunta da SEMA, da CIEA e do Ministério Público da Bahia – MP- BA alinhou a percepção dos municípios frente à questão da educação ambiental



bem como trouxe revelações claras sobre o desinteresse das prefeituras em instrumentalizar a implantação da Política de Educação Ambiental.

Segundo esta pesquisa, a educação ambiental quando acontecia era inspirada em datas comemorativas pontuais: dia da Água, do Meio Ambiente e compostas, com frequência absoluta, por limpezas de app's de beira de rios e riachos em áreas de balneabilidade e palestras nas escolas.

O Ministério Público através de contrato com a Floram Engenharia e Meio Ambiente Ltda propicia uma Consultoria para Elaboração e Execução de Diagnósticos e realização de Relatórios Técnicos acerca da Situação da Gestão Ambiental em 54 municípios baianos situados na Bacia do Rio São Francisco, o que forneceu base segura para o estabelecimento dos TACs assinados pelas Prefeituras do Oeste da Bahia com o Ministério Público em meados de 2014

As pesquisas realizadas pelo Ministério Público permitem observar que a educação ambiental que acontece, quando acontece, se dá pontualmente através de Projetos Pedagógicos de escolas sob coordenação de professores sensíveis a questão ambiental. As poucas pesquisas realizadas na região neste sentido dão conta de que, o grau de insatisfação de professores e alunos durante estas ações é muito grande, devido à falta de conhecimentos e a desmotivação provocada pela falta de estímulos e recursos para gestão de projetos continuados em educação ambiental.

Observa-se também, que na questão do licenciamento ambiental, Gestão Ambiental Compartilhada – GAC - quer sejam direcionados às empresas, indústrias ou produtores, vem tratando a questão da educação ambiental, enquanto condicionante, sempre de modo teórico, pouco específico e, dificilmente embasado em diagnoses locais e ações participativas. Isso quando realmente acontecem.

Os levantamentos realizados tanto pela Câmara Técnica de Educação Ambiental do Comitê de Bacia Hidrográfica do Rio Grande - CTEA do CBHGRANDE como pelos Grupos de Trabalho de Educomunicação do mesmo Comitê entre os anos de 2012 e 2015 puderam observar, que a presença das rádios comunitárias e/ou comerciais, bem como a atuação das “Pastorais” são importantes fatores de agregação e que tem um elevado potencial para o estabelecimento de “redes de parceria”. Estes organismos apresentam disponibilidade para atuar como multiplicadores de educação ambiental, bem como, têm afinidade e interesses em se integrar aos projetos dessa natureza e que demonstraram



interesse em desenvolver parceria para execução de projetos em educomunicação, tanto na Região de Planejamento de Gestão de Águas - RPGA do Rio Grande, como na RPGA do Corrente, Serra Dourada e Brejo Velho.

E foi a partir dessas constatações que após a apresentação dos resultados dessa pesquisa no Seminário para Implementação da Educação Ambiental (2010) na Universidade Federal da Bahia, na presença de vários prefeitos, secretários de meio ambiente e educação e representantes do NUSF - Núcleo do São Francisco do MP foi pensado a firmação dos Termos de Compromisso e Ajustamento de Conduta - TAC que foram expedidos pelo Ministério Público para as prefeituras regionais no ano de 2014.

Foram assinados no âmbito da Promotoria de Justiça Regional Ambiental pelo Promotor de Justiça Eduardo Antônio Bittencourt Filho e por todos os prefeitos empossados no ano de 2024 o TAC que deu origem a este encaminhamento em busca da implantação de uma política regional de educação ambiental viva, replicável e exequível.

CONSIDERAÇÕES FINAIS:

O Projeto Vozes representou um marco na implementação de políticas públicas de Educação Ambiental (EA) no Oeste da Bahia, consolidando-se como uma iniciativa exemplar que pode servir de modelo para outras regiões com desafios similares. A criação do Programa Intermunicipal de Educação Ambiental (PROIEA) e seus diversos componentes, como a Minuta de Lei Municipal de Educação Ambiental e o Termo de Referência em Educação Ambiental, demonstram um esforço coordenado e multicolaborativo que envolveu a sociedade civil, o poder público, universidades, ONGs e demais atores locais.

A metodologia participativa adotada pelo Projeto Vozes, fundamentada na formação de coletivos gestores e na realização de diagnósticos participativos, foi decisiva para o sucesso da iniciativa. Esse processo permitiu não apenas a elaboração de políticas e programas de EA adaptados às peculiaridades de cada município, mas também promoveu um senso de pertencimento e protagonismo entre os envolvidos. A formação de coletivos educadores, como os Coletivos Gestores de EA municipais (COGEAs), e a criação de uma rede de comunicação e mobilização social efetiva são legados duradouros que fortalecerão a sustentabilidade das ações de EA na região.

A parceria estratégica com a Universidade Federal do Oeste da Bahia (UFOB) e o Consórcio Intermunicipal do Oeste da Bahia (CONSID) foi crucial para a execução e o



sucesso do projeto, proporcionando o suporte técnico e científico necessário. Além disso, o papel do Ministério Público da Bahia, por meio dos Termos de Ajuste de Conduta (TAC), foi fundamental para impulsionar a implementação das políticas de EA nos municípios.

O Projeto Vozes também destacou a importância da EA na gestão municipal, na fiscalização, no monitoramento e nas práticas econômicas e sociais, evidenciando sua relevância para a governança ambiental. A atuação do Ministério Público da Bahia, por meio dos Termos de Ajuste de Conduta (TAC), foi fundamental para impulsionar a implementação das políticas de EA nos municípios.

O Projeto Vozes também destacou a importância da EA na gestão municipal, na fiscalização, no monitoramento e nas práticas econômicas e sociais, evidenciando sua relevância para a governança ambiental. A integração com o Plano Intermunicipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos (PIGIRS) e a elaboração de Planos de Comunicação e Mobilização Social em cada município são exemplos de como a EA pode ser incorporada de maneira transversal nas políticas públicas.

Em suma, o Projeto Vozes não apenas abordou as carências e desafios ambientais do Oeste da Bahia, mas também promoveu uma transformação significativa na percepção e nas práticas de EA na região. A experiência do projeto reforça a necessidade de continuidade e expansão dessas iniciativas, garantindo que a Educação Ambiental se torne um pilar essencial para o desenvolvimento sustentável e a conservação dos recursos naturais. O legado do Projeto Vozes é um testemunho do poder da colaboração e da participação ativa da sociedade na construção de um futuro mais sustentável e consciente para todos.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Presidência da República. Lei nº 14.026, de 15 de julho de 2020.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2020/lei/L14026.htm>. Acesso em 23 de junho de 2023.

ANA. **Saneamento básico é o conjunto de serviços públicos, infraestruturas e instalações operacionais.** Disponível em: <https://www.ana.gov.br/saneamento/>. Acesso em: 01 jun. 2023



BRASIL. **Presidência da República. Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007.** Estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/lei/l11445.htm>. Acesso em: 19 jun. 2018.

BRASIL. **Lei Federal nº 14.026, de 15 de julho de 2020. Atualiza o marco legal do saneamento básico.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2020/lei/L14026.htm>. Acesso em: 28 jul. 2020.

COSTA, A. M.; PONTES, C. A. A.; MELO, C. H.; LUCENA, R. C. B.; GONÇALVES, F. R.; GALINDO, E. F. **Classificação de doenças relacionadas a um saneamento ambiental inadequado (DRSAI) e os Sistemas de Informações em Saúde no Brasil: possibilidades e limitações de análise epidemiológica em saúde ambiental.** In: CONGRESSO INTERAMERICANO DE INGENIERIA SANITARIA Y AMBIENTAL, 28., 2002, Cancun. Proceedings... Cancun: Asociacion Interamerican de Ingenieria Sanitária e Ambiental: ABES, 2002. 1 CD-ROM.

INFOSANBAS. **Fonte de Dados - SIH/DATASUS.** Disponível em:

<<https://infosanbas.org.br/fontededados/sih-datasus/>>. Acesso em: 22 Jun 2023

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censos 2021. **Inovações e impactos nos sistemas de informações estatísticas e geográficas do Brasil.** Rio de Janeiro: IBGE, 2021.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP). Censo Escolar, 2020. Brasília: MEC, 2019.

INEPDATA. **Censo da Educação Básica - Catálogo de Escolas.** Disponível em:

<https://inepdata.inep.gov.br/analytics/saw.dll?Dashboard&PortalPath=%2Fshared%2FCenso%20da%20Educa%C3%A7%C3%A3o%20B%C3%A1sica%2F_portal%2FCat%C3%A1logo%20de%20Escolas&Page=Lista%20das%20Escolas&P1=dashboard&Action=Navigate&ViewState=jtd4lu0a7eja39eeihsfdmkm4m&P16=NavRuleDefault&NavFromViewID=d%3Adashboard~p%3Asf156n9k0qs70741>. Acesso em: 30 Jul 2023

SISTEMA FAEB. SENAR. **Programa Despertar.** Disponível em:

<<http://www.sistemafaeb.org.br/senar/programa-despertar/>>. Acesso em: 20 de Abril de 2023

MARCELO CAETANO - **Manual de Direito Administrativo** - 2.a ed., inteiramente refundida - Coimbra Editora Limitada – 1965, pág. 154.



Lei Nº12.056/11 **Política Estadual de Educação Ambiental**. Governo do Estado da Bahia. Jan. 2022